



Estado ganha mais uma arma contra a prostituição de crianças e adolescentes

Eduardo Guedes de Oliveira



Hotéis, pensões e albergues deverão manter fichas de identificação de crianças e adolescentes até 18 anos, a partir da sanção e publicação do projeto de autoria do deputado Manoel Mota (PMDB), aprovado na tarde do dia 16. A nova lei será mais uma ferramenta no combate à prostituição infanto-juvenil.

Os deputados aprovaram, no mesmo dia, o plano de carreira dos servidores do Judiciário, que lotaram as galerias durante a discussão e votação, e a proposição que institui regras de segurança para a prática de esportes radicais e punições para quem não as cumprir.

Página 10

Agricultores de Schroeder e Garuva apresentam sugestões ao Pronaf

A Comissão de Agricultura e Política Rural realizou nos dias 10 e 11, nos municípios de Schroeder e Garuva, respectivamente, seminários sobre agregação de valores na agricultura familiar. No dia 25 acontece o último seminário no município de Corupá. As reivindicações, reclamações e sugestões serão encaminhadas aos órgãos responsáveis pela definição e execução da política agrícola, federais e estaduais.

Página 5

Especial

Biodigestores reduzem poluição provocada pela suinocultura

Páginas centrais

Fórum estuda manutenção da Casan

Eduardo Guedes de Oliveira



Com a participação de empregados, direção da empresa, da SC Parcerias e de deputados, o Fórum da Casan, instalado na noite do dia 16 (foto), reúne-se a partir desta semana com o objetivo de estudar formas de viabilizar a continuidade

da estatal de águas e saneamento, bem como dos empregos.

O projeto de lei que estabelece um modelo de transição que permitirá à Casan fazer parcerias com o setor privado é uma das alternativas.

Página 8

Fundo para garantir bolsas ao ensino superior será votado em dezembro

Solon Soares

O deputado Jorginho Mello (PSDB) anunciou que o projeto de lei complementar que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior do Estado de Santa Catarina será votado em Plenário até o dia 15 de dezembro.

O anúncio foi feito nas audiências realizadas pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto, no último dia 16, em Lages e Joaçaba. Os parlamentares foram ouvir a comunidade acadêmica para aprimorar a proposta.



Em Lages, estudantes defenderam recursos para instituições privadas

Página 5

Um vale de sonhos e tragédias

A aproximação da temporada de verão intensifica o movimento na BR-470 e amplia as preocupações dos que costumam transitar na principal rodovia de ligação do Vale do Itajaí. Além de seus usuários habituais, há o incremento de famílias residentes nas cidades da região e de outras mais distantes, inclusive do Exterior, que se utilizam da estrada para acessar o Litoral. Só que, bem mostram as estatísticas recentes, muitas vezes o planejado lazer à beira-mar dá vez a tragédias, provocadas por acidentes que ceifam vidas ou causam lesões graves, comprometendo de forma definitiva o futuro das pessoas.

A BR-470 tem um triste histórico que costuma enlutar os catarinenses. Ainda há poucos dias presenciei em minha cidade a tristeza insuperável da comunidade de Ituporanga, que pranteava vidas perdidas de trabalhadores vitimados em mais um acidente, e o veículo que os transportava para a jornada laborial acabou colhido por outro, num dos trechos mais perigosos da rodovia.

As estradas da região são caracterizadas por muitas curvas, subidas e descidas que desafiam a perícia mesmo dos mais habilidosos e prudentes motoristas. O clima muitas vezes acresce periculosidade, em função de neblina ou chu-

va. E há, ainda, situações em que o consumo de substâncias que prejudicam o reflexo dos condutores, como o álcool, ampliam o perigo, mesmo para quem pratica as boas normas da direção defensiva.

Contudo, no caso da BR-470 o maior perigo está em sua má conservação, na deterioração de uma rodovia de tráfego intenso cuja demanda regional há muito superou, em vários trechos, o limite de trafegabilidade prudencial para a qual foi planejada.

O Vale reivindica a duplicação da sua principal estrada, sonha com condições de segurança para o trânsito regional, para a vazão de suas riquezas, para comportar também a demanda dos que vêm de outras regiões. A Assembléia Legislativa chegou este ano, com o patrocínio da Comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, por mim presidida, a promover audiência pública com a finalidade de debater projetos com tal finalidade, que envolveriam parcerias público-privadas.

Agora o governo federal anuncia a liberação de recursos para uma emergencial recuperação de trechos críticos, verbas bem-vindas e que podem ajudar a salvar vidas, embora tardias para muitos que já se foram, talvez retardatárias diante do aumento histórico do trânsito sempre registrado no final de ano. Ainda assim, antes tarde... Mas, o que queremos, mesmo, é uma estrada segura e duplicada.

Deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)

O governo neoliberal de LHS

O liberalismo foi doutrina que esteve em voga até a grande crise mundial de 1929. Foi substituída a partir de então por outra tão comprometida com o capitalismo quanto a primeira, a tal revolução Keynesiana - relativa a John Meynard Keynes - tido como o maior economista do século XX. As doutrinas que se sucedem e a demonstração das fragilidades empíricas e teóricas para as classes capitalistas dominantes se reproduzem. Dada a sucessão de falências das doutrinas dominantes, recentemente ressurgiu a teoria liberal acrescida de um prefixo "neo". É o neoliberalismo, que na prática prega a redução do papel do Estado nas atividades econômicas e sociais.

Aqui em nosso Estado, dado a resistência de setores organizados da sociedade o neoliberalismo teve dificuldades para se implantar. No entanto a partir do advento LHS vem aumentando suas capacidades. O governador catarinense é um destes tantos adeptos de primeira hora. Ele não declara isto, é verdade. Mas nem se faz necessário. Suas ações no comando do Executivo escancaram esta opção. Está aí a desverticalização da Celesc, que nada mais é do que a abertura das portas à privatização daquela que é a principal empresa estatal catarinense. E o que dizer dos planos traçados pelo governo

LHS para a Casan, a estatal de saneamento básico. Desmantelá-la, sem dúvida, é a meta. De quando em quando é divulgada a notícia de que um ou outro município deixa de renovar o contrato com a Casan. A sutileza desta iniciativa do neoliberal LHS é semelhante a das passadas de um elefante sobre ovos. Incentivados, orientados, alimentam a chamada "municipalização" e aos poucos a estatal é reduzida, entregue. Assim, diminuída, tornará mais fácil a operação de transferir o serviço de água e esgoto à iniciativa privada - a exemplo de Itapema, Lages e no futuro próximo, Criciúma e Florianópolis. Estes, porém, são exemplos mais recentes.

No início do governo LHS tivemos a primeira mostra clara desta sua vocação neoliberal. Veio com a reforma administrativa, que criou a SC Parcerias, uma estratégia para fazer a transferência dos ativos públicos para a iniciativa privada, sem contar com os projetos públicos privados, opção que o governador bolou para transferir responsabilidades do governo para a iniciativa privada, chegando ao cúmulo de destinar patrimônio público e até recursos humanos, em alguns casos, para que empresas privadas executem a tarefa que seria do Estado, recebendo, claro, uma boa remuneração. Esta é a grande marca que LHS deixará de seu "governo".

Deputado Afrânio Boppré (P-SOL)

Agenda

Dia 21, 8h - Abertura da exposição do artista plástico Antonio de Souza Gurgel - Pimenta

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 21, 9h - Comissão de Segurança Pública - audiência pública para debater a situação dos Bombeiros Voluntários de SC

Local: Plenário

Dia 21, 14h - Comissão de Educação - audiência pública para debater políticas públicas para a educação infantil

Local: Plenário

Dia 21, 19h - Sessão solene em homenagem aos 50 anos do Centro Educacional Menino Jesus, de Florianópolis

Local: Plenário

Dia 22, 9h - Comissão de Trabalho e Serviço Público - audiência pública para tratar do PDVI (Plano de Demissão Voluntária e Incentivada) da Celesc

Local: Plenário

Dia 22, 19h - Sessão solene em homenagem aos 50 anos da APAE de Brusque

Local: Plenário

Dia 23, 9h - Comissão de Finanças - audiência pública para discutir a demonstração por parte do Executivo das metas fiscais do 2º quadrimestre

Local: Plenário

Dia 23, 19h - Comemoração dos 23 anos de fundação da TV Barriga Verde

Local: Plenário

Dia 23 e 24 - Exposição de produtos *in natura* e industrializados das associações de produtores de banana de SC

Local: Hall da Alesc

Dia 24, 14h - Audiência pública da II Jornada Catarinense da Criança e da Adolescência Protegidas

Local: Auditório da Prefeitura de Chapecó

Dia 24, 19h - Sessão solene em homenagem aos bananicultores

Local: Plenário

Dia 24, 19h - Comissão de Turismo e Meio Ambiente - audiência pública sobre a Casan

Local: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Amaro da Imperatriz

Dia 25, 9h - Fórum da Mulher Parlamentar Catarinense

Local: Plenário

Dia 25, 11h - Lançamento do livro *Afeminização da pobreza*, edição do relatório final da Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil, da Câmara dos Deputados

Local: Hall da Alesc

Dia 25, 14h - Audiência pública da II Jornada Catarinense da Criança e da Adolescência Protegidas

Local: Auditório da Unoesc - Joaçaba

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)
(presidente em exercício)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Lucia Helena Vieira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenadora: Cármen Leite Rovira

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Cássio Turra, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Jucimar José Lazare, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Níkolos Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt.

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense

Legislativo rende homenagem a Zumbi dos Palmares

Eduardo Guedes de Oliveira

A Assembléia Legislativa realizou sessão solene na noite de quarta-feira (16) para homenagear Zumbi dos Palmares e o Dia Nacional da Consciência Negra, que ocorre em 20 de novembro. O Parlamento entregou medalhas àqueles que prestaram relevantes serviços em prol da cultura afro-brasileira. A proposição foi do deputado Nilson Nelson Machado – Duduco (PDT), “para mostrar que a luta e o exemplo do Quilombo dos Palmares foram essencialmente em favor dos direitos humanos”.

A solenidade foi conduzida pelo presidente interino da Casa, deputado Herneus de Nadal, contando com a presença do deputado Gelson Sorgato (PMDB). Duduco justificou a realização da sessão como uma forma de lembrar, não só Zumbi, como Cruz e Sousa, Antonieta de Barros e Nelson Mandella, em nome de todos os integrantes da raça negra, fazendo ainda alusão à cultura afro-brasileira e às religiões de ascendência afro como a Umbanda e o Candomblé.

Duduco, em seu discurso, afirmou que os alicerces de uma nação que respeite os direitos individuais e coletivos, seja do ponto de vista ético-moral, social ou econômico conduzem-na ao verdadeiro desenvolvimento pelos padrões de igualdade, justiça e prosperidade que logra alcançar. “Assim se forjou a sociedade dos Palmares, como antítese ao modelo de dominação vigente. Era o contraponto às práticas dolorosas, insensíveis, cruéis de dominação social, que caracterizam fortemente traços culturais de parcelas da população brasileira”, continuou. Daí a razão maior da imortalidade de Zumbi, com seu sonho cada

vez mais atual e revigorado em nossos dias, “exatamente quando a Nação brasileira tem diante de si certamente o maior desafio para conquistar a verdadeira liberdade, a real independência das forças de dominação”, concluiu o parlamentar.

Ele destacou que entre os homenageados figurava o policial militar Alexandre André Cardoso, morto há poucos dias, vítima da violência diária e, justamente por um jovem com a idade para ser seu filho. “Alexandre era negro, pai, amigo e há 17 anos se dedicava à sua profissão de policial para dar segurança à população. Jamais teve a sua ficha funcional manchada pela falta de dignidade”, disse Duduco. O deputado também lembrou que Florianópolis tem o primeiro secretário de governo negro, o médico Walter da Luz – Doutor Juca (PSDB), vereador mais votado nas últimas eleições na capital, mas clamou para que o governo do Estado atendessem a um reclame da raça e tivesse em seu colegiado um secretário de Estado da etnia.

Com as dependências lotadas, o Plenário Osni Régis foi local da apresentação de grupo de babalorixás, ialorixás e ogans, com o hino da Umbanda, abrindo espaço também para a homenagem dos cultos afros ao Dia da Consciência Negra e a lembrança da luta de Zumbi dos Palmares. Representantes da União



Sessão reuniu pessoas envolvidas nos movimentos pelos direitos dos negros



Duduco: “Luta de Zumbi é atual”

fro e do Conselho Espírita Umbandista Cristão e Cultos Afros de Santa Catarina, Apolônio Antonio e Jaime Costa Filho, respectivamente, fizeram júbilos à data, seguido de uma performance da professora e atriz Solange

Adão, que recitou o monólogo Mãe de Zumbi. Participaram ainda do evento, representando o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o ex-deputado e secretário de Articulação, Lírio Rosso, o assessor de marketing da Secretaria de Turismo da capital, Tiago Silva, representando o prefeito de Florianópolis, Dário Berger e a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, professora Zuleika Lenzi. (CA)

Homenageados

Alexandre André Cardoso (in memoriam)
 André Gonzaga
 André Luiz Pereira de Almeida
 Augusto Luiz Fernando Júnior – Mamão
 Carlos Alberto Raulino
 Elza Maria Torres
 Eronildo Crespim de Souza – Dica
 Jurandir Souza da Silveira
 Luiz Rodrigo Fermiano – Biriba
 Maria Cecília de Oliveira
 Maria Lúcia da Silva
 Marilú Lima de Oliveira
 Maria Terezinha Pinheiro da Silva
 Cláudio Luiz Silva da Silva – Sarará
 Maria de Lourdes da Costa Gonzaga – Dona Uda
 Luiz Carlos Aguiar Gregório – Padre Aguiar
 Vera Lúcia Ferminiano
 Aurélio Espíndola – Badeco
 Jutiara Lucinar Vieira
 Solange Adão
 Edir Olavo Cardoso

Cardiopatas buscam apoio para associação

Eduardo Guedes de Oliveira

Portadores de doenças cardiológicas estiveram na Assembléia Legislativa na quarta-feira (16) reivindicando apoio para desenvolverem atividades da associação que criaram. A Associação Catarinense de Cardiopatas – que congrega mais de 800 pessoas –, pretende construir, junto ao Hospital Regional de São José, um local para abrigar quem não dispõem de recursos para dar continuidade ao tratamento de saúde.

Uma comitiva de 20 membros da ACC foi recebida em audiência pelo presidente em exercício do Legislativo, deputado Herneus de Nadal (PMDB). Eles pediram sua intermediação junto ao Poder Executivo para viabilizar a doação de um terreno localizado nas proximidades hospital,

de propriedade do Estado, que pode ser destinado à construção da sede.

Herneus garantiu empenho e disse que pretende agendar, nos próximos dias, um encontro dos representantes da associação com o governador Luiz Henrique da Silveira. “O governador e o vice-governador Eduardo Moreira, que é cardiologista, têm muita sensibilidade com essas questões”, ele afirmou.

O parlamentar comunicou ao presidente da ACC, o assistente social Moisés Antônio Geraldo, que já estão tramitando na Assembléia dois projetos de lei de sua autoria, declarando de utilidade pública estadual a entidade e instituindo o dia 11 de novembro como data oficial da conscientização dos portadores de deficiência cardiológicas. (LCP)



Os representantes da Associação receberam apoio do presidente em exercício (à direita)

Cientista política fala sobre a crise atual

Estudantes de jornalismo e convidados lotaram o Plenário e as galerias da Assembléia Legislativa para acompanhar a palestra ministrada, na noite do dia 10, pela cientista política e jornalista, Lúcia Hippolito, sobre a atual crise política brasileira. Lúcia veio a convite da Associação Catarinense de Imprensa – Casa do Jornalista, com o apoio do Legislativo, e também para lançar seu livro *Por Dentro do Governo Lula*.

Estavam presentes ao evento o presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), o representante da Associação Catarinense de Rádio e Televisão, Paulo Veloso, o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Salomão Ribas Júnior, o desembargador Volnei Calli e o diretor da Rádio CBN, Pedro Angelo.

O presidente da Associação Catarinense de Imprensa, jornalista Moacir Pereira, agradeceu a presença de Lúcia e comentou que sua palestra é uma contribuição esclarecedora sobre o panorama da realidade brasileira. Durante uma hora de palestra, Lúcia falou sobre o início da crise política no governo Lula e o provável quadro para as eleições de 2006. (TK)

O que disse a jornalista

O começo da crise

O atual governo passa por uma crise sem precedentes na história política do Brasil. São CPIs, ministros que perderam cargos, deputados cassados.

O problema inicia-se na formulação da Constituição de 1988, muito branda, com mais direitos que deveres. Como a Constituição é também um plano de governo, ela sofre mudanças a cada novo governante que entra. É a maldição dos três quintos, quantidade necessária de parlamentares para se aprovar mudanças na Constituição.

No governo FHC, só o PSDB e o PFL já somavam 75% do quorum necessário para aprovar essas mudanças. O governo Lula aglutinou

uma multidão de pequenos partidos para fechar 66% e o PMDB, mais uma vez, fica em uma posição estratégica. Entretanto, no sistema político brasileiro não há como governar sem alianças. O problema é aglomerar partidos com planos e programas tão diferentes entre si. A verticalização das alianças para concorrer às eleições obrigou inimigos antigos a conviverem juntos. Uma hora a casa cai.

Alternativa de poder

O PT chegou ao Palácio do Planalto como uma alternativa de poder, mas para chegar lá abrandou seu discurso, saiu da extrema esquerda e se abriu para o setor privado. Apesar da propaganda passar a idéia de que o PT sabia de todos os problemas do país e como resolvê-los, não foi isto que aconteceu. Do dia em que se toma posse até começar a governar existe a burocracia profissionalizada. O terceiro setor, recheado de cargos comissionados, é o responsável pelo bom ou mau andamento do governo. O PT recheou o terceiro setor com gente inexperiente. A exceção foi o ministro Palocci, que blindou seu Ministério.

Antes do PT chegar ao poder eram pouco mais de 17.500 cargos de confiança. Hoje são mais de 19 mil cargos de confiança, a maioria ocupada por gente inexperiente.

Expectativa

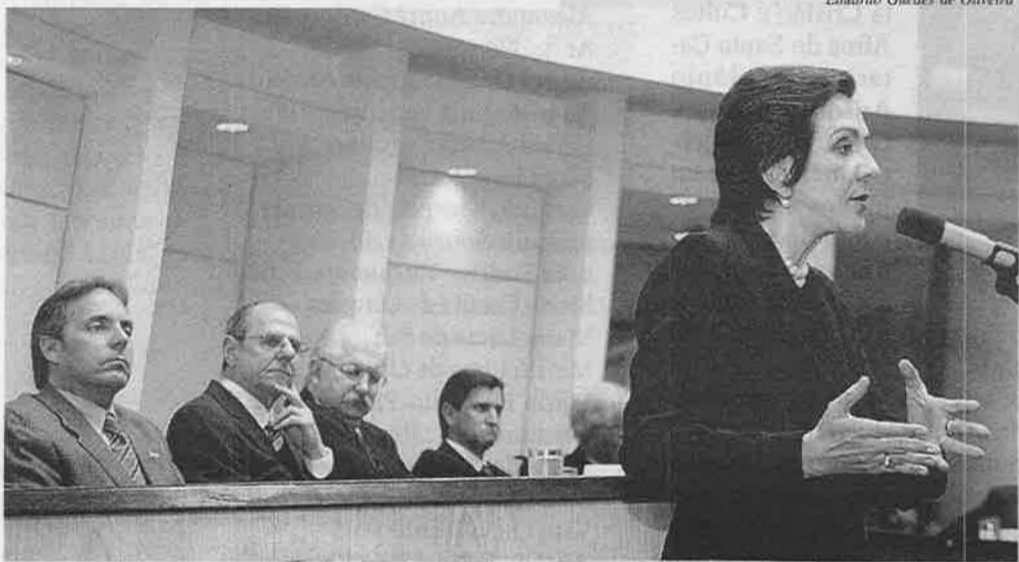
O erro também foi da imprensa ao não achar estranho o fato de Delúbio Soares passar a fumar charutos cada vez mais caros, ternos cada vez mais caros, despachar em gabinetes de parlamentares. Até que explodiu o 'caixa dois'. A mídia foi tolerante. No fundo, todo mundo sabia, mas ninguém se interessou em investigar. Só soubemos do fato graças a alguém de dentro do esquema, que denunciou, o ex-deputado Roberto Jefferson.

Com a CPI dos Correios, começa a aparecer o vínculo com a máquina pública. Com as contas de Marcos Valério, os desvios de Duda Mendonça e a teoria do 'caixa dois', a próxima campanha eleitoral será bem complicada.

Eleições 2006

Todo presidente é um forte candidato. Lula se comunica bem com a população e o Bolsa Família elege um presidente. A engenharia da campanha é que vai definir os resultados. Os partidos aliados estão no mensalão. O marqueteiro está fora. A oposição não tem candidato. Infelizmente isto dá margem para algum aventureiro cheio de más intenções concorrer às eleições e ainda periga ganhar. Já vimos este filme.

Mas desta vez a população está muito melhor informada com a internet, TV Senado, TV Câmara, blogs e passeatas virtuais que repassam a informação. Eleição é um processo pedagógico. Vamos ver o que aprendemos com os últimos fatos.



Eduardo Guedes de Oliveira

Para Lúcia, as eleições de 2006 vão mostrar o que os brasileiros aprenderam com a crise política

Seminário reúne agentes políticos de 11 cidades serranas

“Cerimonial Público e Empresarial – Protocolo e Ordem Geral de Precedência” foi o assunto abordado na oitava e penúltima etapa do *1º Seminário da Região Serrana - Pensando o Poder Legislativo Municipal*, promovido pela Escola do Legislativo. O seminário aconteceu no dia 11, na Câmara de Vereadores de Correia Pinto, e teve a participação de presidentes de Câmaras, vereadores, secretários municipais e servidores públicos de 11 cidades da região.

Na abertura, participaram da mesa o deputado Sérgio Godinho (PSB), representando o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), o vereador Ademar Medeiros, presidente da Câmara Municipal de Correia Pinto, o prefeito municipal daquela cidade, Roberto Zilliotto, o vereador Cidinei Marcon, presidente da Uveres (União dos Vereadores da Região Serrana) e Valéria Zacaron, coordenadora Pedagógica da Escola do Legislativo.

O deputado Godinho enfatizou que



Agentes políticos exercitam as técnicas de cerimonial e protocolo

a Assembléia catarinense, por intermédio da Escola do Legislativo está fazendo o seu papel, proporcionando a discussão do Poder Legislativo em todos os níveis. O pre-

feito Zilliotto falou da vantagem da existência da Escola, pois quando foi vereador não teve esta facilidade de aprendizagem. Lembrou o slogan da Escola - *For-*

talendo a Pedagogia do Parlamento-, como uma importante ferramenta para aperfeiçoar os legislativos municipais, contribuindo assim, com toda a comunidade.

As servidoras do Legislativo estadual, Rosana Brasca Cajuella, chefe do Cerimonial da presidência da Casa, e Ilka Maria Freta, assessora do Cerimonial, fizeram referência ao objetivo do curso como uma forma de valorizar a prática do cerimonial, função importante nas instituições públicas e privadas. Com atividades práticas durante todo o dia, elas destacaram as diferenças entre cerimonial e protocolo e abordaram as normas do cerimonial público e ordem geral de precedência contidas no Decreto Federal nº 70.274, de 9 de março de 1972. Também falaram sobre a posição de bandeiras e a composição das mesas em solenidades oficiais.

A última etapa do *1º Seminário da Região Serrana - Pensando o Poder Legislativo Municipal* acontece no dia 18 de novembro, na Câmara Municipal de Lages, com os temas ética na política e orçamento público. (MAG)

Alberto Neves

Agricultura familiar

Agricultores de Schroeder querem mais técnicos

Graziela May Pereira

O município de Schroeder, no norte do Estado, sediou, na tarde do dia 10, mais um seminário sobre Agregação de Valores na Agricultura Familiar, promovido pela Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP). O evento, realizado no Centro Multiuso, reuniu representantes de associações e vereadores do município, que possui cerca de 12 mil habitantes e 350 famílias que trabalham com agricultura. Primeiro a falar, o vice-presidente da Comissão, deputado Dionei Walter da Silva (PT), lembrou que os encontros devem servir para subsidiar as ações das políticas públicas, nas esferas estadual e federal. "Muitas questões já foram esclarecidas e resolvidas através destes seminários, como a questão dos fulmicultores que não se encaixavam no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) devido a sua alta renda. Foram muitas conquistas



Reivindicações serão levadas a Brasília, garantiu Dionei (segundo à esquerda)

ao longo do ano", disse Dionei.

O representante da prefeitura municipal, secretário da Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, Harildo Konell, pediu ações efetivas para conter o êxodo rural.

Lidiane Camargo, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, apresentou as linhas de crédito que o Pronaf oferece ao agricultor e enfatizou que o Pronaf Agroecologia está ganhando força em Santa Catarina.

Técnicos - A principal questão levantada foi a falta de técnicos da Epagri para a vistoria das plantações, prevenindo doenças, principalmente na bananicultura. "A sigatoka negra, que ataca os bananais, está rondando. Precisamos de mais profissionais", salientou Aldo Palsold, presidente da Febanana (Federação dos Bananicultores).

Lidiane afirmou que "a tendência é que a assistência técnica se estruture melhor".

Solon Soares

Produtores de Garuva reclamam de relacionamento com o Banco do Brasil

Em Garuva, penúltimo município a receber o Seminário de Agregação de Valores na Agricultura Familiar, no dia 11, os produtores afirmaram que a principal dificuldade são os "problemas de relacionamento com funcionários do Banco do Brasil". Segundo a maioria dos agricultores presentes à reunião, que foi conduzida pelo vice-presidente da Comissão, deputado Dionei Walter da Silva (PT) - autor da proposta de realização dos seminários -, está faltando preparo e até mesmo "educação".

O gerente da agência em Garuva, Carlos Roberto Mattge, garantiu que vai apurar a denúncia.

Também foram solicitados limites de renda, cadastro de outros agentes financeiros e leis que favoreçam a agricultura familiar.

De acordo com o prefeito

João Romão (PP), a agricultura de Garuva vem passando por altos e baixos. A banana e o arroz são as principais culturas e os agricultores do município estão recorrendo a novas culturas, como o plantio de eucalipto.

O último seminário do ciclo acontece no próximo dia 25, em Corupá. Conforme explicou o deputado Dionei, após o término dos encontros, um relatório será preparado e levado a Brasília e entregue a todos os órgãos competentes mencionados nos encontros. "Todas as questionamentos, dúvidas em relação ao crédito e sugestões como a oferecida aqui, de utilizar o Pronaf Jovem para a formação superior dos jovens do campo, serão apresentadas no relatório com a cobrança de soluções para todos os problemas apresentados", afirmou Dionei. (GMP)

Comissões discutem com estudantes proposta para bolsas ao ensino superior

Denise Arruda Bortolon

Estudantes de Joaçaba e Lages discutiram na quarta-feira (16) com os integrantes das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto, presididas pelos deputados Jorginho Mello (PSDB) e Romildo Titon (PMDB), respectivamente, o Projeto de Lei Complementar nº 25/05, de origem governamental. A matéria regulamenta o Artigo 171 da Constituição estadual e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino Superior no Estado de Santa Catarina. O PLC estabelece que as empresas privadas, beneficiárias de incentivos financeiros ou fiscais no âmbito de programas estaduais, deverão recolher 2% do valor correspondente ao benefício fiscal ou financeiro concedido pelo Estado e 1% do valor do contrato de pesquisa firmado com órgão ou empresa da administração pública direta, autárquica ou fundacional. Os recursos arrecadados serão destinados pelo Fundo ao pagamento de

bolsas de estudo e de pesquisa e ao financiamento do Ensino a Distância.

Joaçaba foi palco do primeiro encontro, que teve início às 9 horas da manhã, no auditório da Unoesc (Universidade do Oeste de Santa Catarina). Alunos do campus sugeriram que se acrescente na proposta bolsas para especialização e pós-graduação e que o Ensino a Distância seja excluído, bem como a expressão *tecnólogo*. De acordo com eles, desta forma todos os cursos terão o mesmo tratamento.

"O PLC busca o apoio das empresas que recebem auxílio do governo. Eles devolveriam 2% para o ensino superior. Este projeto é algo que vai fazer a diferença no ensino superior", explicou Edir Seemund, representante da secretaria estadual da Educação, Ciência e Tecnologia. Segundo ela, o governo projeta uma arrecadação de R\$ 30 milhões com a implementação da proposta, com

oscilações anuais. "Entretanto, é uma oportunidade inédita no Brasil e estamos fazendo a diferença no ensino superior com o dinheiro público", defendeu, endossada pelo deputado Titon. O deputado Jorginho Mello assumiu o compromisso de buscar a aprovação do projeto até o próximo dia 15, para que possa ser implementado a partir do primeiro semestre de 2006.

Os recursos do Artigo 170, conforme explicou o deputado Paulo Eccel, (PT), são provenientes do Tesouro estadual, enquanto os recursos do Artigo 171 vêm de estímulos fiscais. Ele defendeu que 1% dos recursos do Fundo a ser criado seja destinado a custear pós-graduação e especializações. "Muitos alunos também não têm condições de fazer uma pós-graduação", assina-

Solon Soares



Deputado Jorginho (entre Titon e Eccel) disse que projeto será apreciado neste ano

lou. A proposta de Eccel também foi defendida pelo reitor da Unoesc, Aristides Cimadon, que sugeriu ainda que o Ensino a Distância seja retirado do projeto.

Lages - A audiência na região Serrana foi realizada no Centro de Convivência da Uninvest (Facvest), a partir das 19 horas. Centenas de alunos participaram do evento para reivindicar que os recursos sejam divididos entre as universidades particulares e as fundações da mesma forma, bem como a inclusão de 100% de bolsa para deficientes físicos ou portadores de doenças crônicas e uma maior fiscalização no repasse, já que há denúncias de emissão de bolsas indevidas.

Representando a Comissão de Educação, a deputada Odete de Jesus (PL) pediu a participação da sociedade. "O aluno carente está tendo vez, mas terá que mostrar interesse. Quem tiver o melhor rendimento obterá o auxílio, pois o mercado está cada vez mais competitivo e eles acabam ficando para trás". (DAB)

Biodigestores reduzem poluição

Carlos Agne

Os 40 mil metros cúbicos diários de dejetos produzidos pelos cerca de 5 milhões de suínos existentes em Santa Catarina, mais da metade lançada diretamente na natureza, podem ter tratamento adequado através dos biodigestores, que transformam o material em adubo orgânico ou em biogás. Com o volume de dejetos produzidos no Estado, podem ser gerados mil megawatts/hora, o suficiente para abastecer aproximadamente 100 mil residências com energia elétrica.

Sem tratamento ou qualquer manejo, os dejetos figuram entre os principais agentes poluidores. Além de coliformes fecais, metais pesados e nitratos jogados na água, liberam metano na atmosfera. O gás é 21 vezes mais poderoso que o gás carbônico, no que se refere ao aquecimento global. Retido em biodigestores, pode ser usado para acionar motores e na sua queima, como fonte de calor.

Tanto a região Oeste do Estado, que em levantamento realizado pela Epagri apontou que mais de 90% das fontes superficiais de água estão contaminadas, como a do Vale do Braço do Norte, no Sul, sofrem



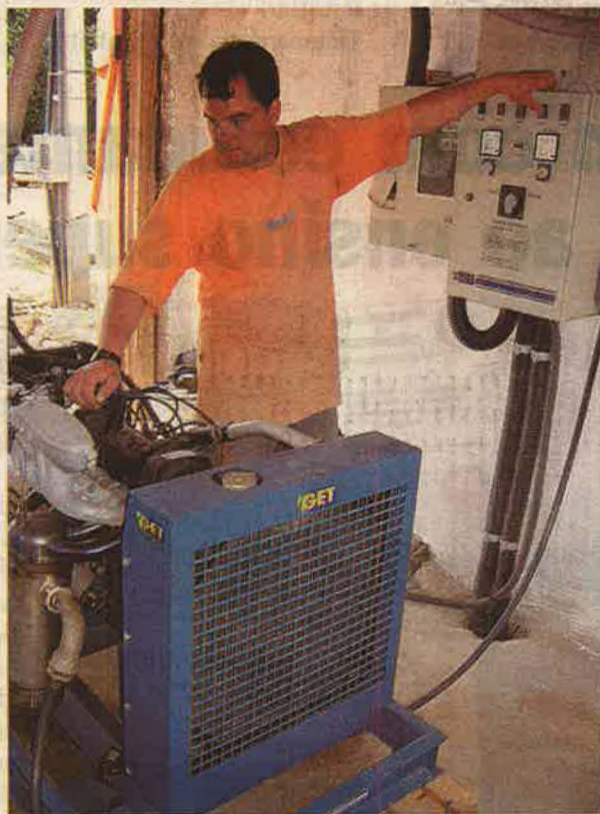
Bora, da Epagri, e o suinocultor Mazon comemoram resultados

com o despejo dos dejetos, especialmente o rio Tubarão. A cadeia produtiva da suinocultura movimentada cerca de R\$ 3 bilhões por ano e emprega mais de 150 mil pessoas, da criação dos animais até a distribuição já industrializada, sendo responsável pela permanência de mais de 500 mil catarinenses no campo. A atividade, no entanto, figura entre as que mais provocam poluição, principalmente dos recursos hídricos, o que representa sério risco à própria economia.

Vale do Braço do Norte inicia implantação de sistema

Através de trabalho dirigido pela Epagri diretamente aos produtores, os 600 suinocultores dos nove municípios do Vale do Braço do Norte estão começando a instalar biodigestores para destinar adequadamente os dejetos dos 550 mil suínos de seu plantel permanente, entre eles 55 mil matrizes. O APL (Arranjo Produtivo Local) – validação de tecnologias para manejo, armazenagem, tratamento e valorização de dejetos de suínos em pequenas e médias produções, visa a melhoria da renda e proteção ambiental. As propriedades servem de laboratório para implantação e acompanhamento do projeto. A estrutura das granjas e a proximidade com nascentes de rios foram critérios para seleção das propriedades, onde foram construídos sistemas para armazenar, tratar e reutilizar os dejetos.

Na localidade de Pinheiral, em Braço do Norte, Sidnei Werner Voss, possui um plantel de 200 matrizes destinadas à produção de leitões e tinha dificuldades para o armazenamento dos dejetos que eram depositados em uma esterqueira pequena, com tamanho insuficiente para conter o material por 120 dias, tempo previsto na legislação ambiental para ser usado como fertilizantes na lavoura. “Depois da morte do pai, ele, a mãe e a irmã resolveram dar novos rumos à propriedade e instalaram um biodigestor e duas esterqueiras, investindo em torno de R\$ 30 mil. A gente já sente a diferença com o aproveitamento dado pelo produtor, consolidando a tese de que esse sistema



Sidnei Voss: redução de despesas compensadora

vai buscar a sustentabilidade da suinocultura”, observa o gerente regional da Epagri/Tubarão, Sérgio Marcos Bora.

O extensionista da empresa, Antonio Paulo Filgueras ratifica a opinião de Bora e ressalta que o desenvolvimento de tecnologias para tratamento e utilização de resíduos é o grande desafio para as regiões com alta concentração de produção pecuária, em especial os suínos e aves. A destruição de organismos patogênicos e parasitas, a utilização do metano como fonte de energia, além da estabilização de grandes volumes de dejetos orgânicos diluídos a baixo custo, são algumas das vantagens do uso de biodigestores.

“O interessante é que quando a água chega ao decantador se torna uma verdadeira sopa de nutrientes. Aí temos o biofertilizante pronto para ser lançado nas lavouras e pastagens”, conta Filgueras.

Em Orleans, o suinocultor Valério Mazon, na atividade desde 1986, implantou há três anos, com investimento de R\$ 20 mil, um biodigestor cuja energia mantém todas as instalações de sua propriedade. “Meu gasto mensal era de R\$ 1,5 mil, custo que eliminei. A energia é tanta que o relógio roda ao contrário e acaba sobrando energia na rede”, revela. Mazon possui um biodigestor de lona com 600 metros cúbicos, mas teve de adaptá-lo para que funcionasse plenamente acionando o motor de pick-up, com seis válvulas.

Deputados defendem solução

Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, o deputado Reno Caramori (PP), entende que a situação da poluição dos recursos hídricos por dejetos de suínos é preocupante em nosso estado. Recentemente, junto com o vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Herneus de Nadal (PMDB), o parlamentar esteve na Rússia e conheceu os trabalhos de prevenção no setor, destacando que, naquele país o governo não permite que um produtor tenha mais do que 15 cabeças por propriedade.

Caramori pondera que é totalmente diferente o homem conseguiu fazer com o esterco de Marte e não ainda fazer com o esterco de aqui. Ele considera o projeto como um dos melhores que o produtor pode fazer, até porque, agronomicamente, a propriedade e a renda. “Vamos mais permitir a produção de dejetos sejar rios”, observa o pro- Nadal faz coro à

Processo reduz carga poluente

Em 2001, a implantação pioneira de um biosistema integrado na cidade de Toledo (PR) passou a render bons resultados. No biosistema os dejetos dos suínos são direcionados a um biodigestor onde são decompostos através de digestão anaeróbica, reduzindo em até 60% sua carga poluente. Neste processo é obtido o biogás que pode substituir o gás de cozinha no aquecimento dos aviários, por exemplo.

Com alto teor nutricional, os resíduos sólidos do biodigestor são transformados em fertilizante natural para plantas, e os resíduos líquidos vão para tanques de algas, servindo de alimento para a criação de peixes. No tanque de peixes pode-se também produzir plantas aquáticas, através da técnica de *aquaponia*. Neste estágio, a água que volta à natureza não contém qualquer resíduo poluente. Além dis-

so, as áreas a- turalmente ri- o cultivo de l-

O Bios- monitorado p- dutos resultar- e os nutrientes- uma correta v- ceiro. “A per- grande parte- estar apta a in- em suas pro- biodigestor. /- de postos de- ção do home- propiciará un- pulação da r- advindas da- subprodutos



O líquido, na lagoa de decantação, se torna um verdadeiro “sopão” de nutrientes

Provocada por dejetos de suínos

dem urgência o problema

que a situação no Brasil. "O gar à Lua e a sabe o que farco", enfatiza dos biodigestelhores camitur deve tovalores à proque não podee essa imensiespejados nos ssista. manifestações do

colega e considera que a poluição devida ao despejo dos dejetos nos rios tem que ser controlada de qualquer forma, sob pena de, futuramente, não se ter água potável. "Nosso produtor está mais consciente em relação à preservação ambiental e estão se adequando às normas, tanto no que diz respeito às esterqueiras e o prazo de armazenamento. O governo estadual está fazendo a sua parte com projetos interessantes como o da Epagri, com a instalação de biodigestores, o que pode lhe render lucros já que economiza a energia e não polui", avaliou Nadal.



Caramori, Renato Comelli e Lazari, em Iomerê

60% a dejetos

ador dos tanques tornam-se nam nutrientes, sendo ideal para as e pomares.

ema Integrado já está sendo uma avaliação quanto aos proque são o biogás, biofertilizantes para peixes e plantas, obtendo-se o do aspecto econômico e financtiva é de que em breve, uma suinocultores catarinenses possa mentar biossistemas integrados edades, ou simplesmente um n da geração direta de milhares palho, contribuindo para a fixaio campo, essa nova tecnologia cremento de renda de toda a poio através das novas atividades dução e comercialização dos Biossistema Integrado.



rientes

Meio-oeste também se integra ao projeto

A implantação de biodigestores também decola no Meio-oeste catarinense, nos municípios de Joaçaba e Iomerê. Também foram instaladas unidades na Embrapa, na Escola Agrotécnica Federal, na Epagri de Concórdia e na Epagri de Chapecó.

Em Joaçaba, na localidade de Santo Antonio do Caraguatá, o suinocultor Sadi Zago possui um plantel de 330 animais e 28 mil aves e tem seu biodigestor vertical, de chapa zincada, diferente do adotado no Sul do Estado. Ele se diz satisfeito com o investimento, usando a energia para manter as próprias instalações da granja e do chiqueirão.

Em Iomerê, a Agropecuária Comelli tentou implantar o sistema através de uma empresa privada mas não obteve êxito. Com uma produção de 24 mil animais/dia, Renato Comelli, que dirige o empreendimento juntamente com seus irmãos Rubens e Roque, afirma que pretende reinstalar o biodigestor. Enquanto isso, ele garante que os dejetos são depositados em 10 esterqueiras, executadas dentro dos padrões técnicos exigidos pela legislação ambiental, antes de serem distribuídos aos agricultores da região e, inclusive, de outros municípios vizinhos. "Tivemos problemas quando da instalação do biodigestor.

Foi colocado a lona e entrava pouco estercos para a produção de gás", explicou. Somente com na fábrica de rações a Agropecuária Comelli gasta R\$ 3,5 mil mensais em energia elétrica.

O secretário de Agricultura de Iomerê, Márcio Santini disse que o município já não comporta mais granjas de suínos, afirmando que a capacidade de armazenamento dos dejetos na região está superada. "Não temos mais condições de estimular novos agricultores para a atividade. Esgotamos nossa capacidade e sob pena de destruímos todo o nosso meio ambiente", salientou.



Biodigestor da propriedade de Sadi Zago

Consórcio busca a redução do impacto ambiental

Considerado o mais grave problema ambiental da região Oeste, os dejetos suínos geram uma poluição equivalente à produzida por 5,5 milhões de pessoas. Isso tornou impróprias para consumo humano mais de 90% das fontes superficiais de água na região (EMBRAPA - Suínos e Aves, 2002). Segundo levantamento realizado na área do Consórcio Lambari - que reúne 16 prefeituras -, 80% das propriedades suinícolas na região estão em fora das determinações das legislações ambiental e sanitária. A justificativa são os custos para adequação das cerca de 16 mil propriedades às exigências da lei, calculados em cerca de R\$ 12 milhões, que tornariam inviável para grande parte dos proprietários continuar na atividade.

Por isso, por proposição do Ministério Público Estadual, o Consórcio Lambari, cuja sede fica em Concórdia, está coordenando a implementação do Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas (TAC) da atividade suinícola, envolvendo toda a cadeia produtiva (suinocultores, agroindústrias, municípios, órgãos ambientais e governo do Estado, empresas de pesquisa, instituições de ensino e ONGs). O Consórcio tem conseguido promover o diálogo entre todos esses atores. Partindo de uma visão abrangente de gestão territorial, que vai desde o cadastro das propriedades até a promoção da educação ambiental, as atividades promovidas beneficiam diretamente as propriedades agrícolas que recebem apoio para implementar o TAC.



Ajuste de conduta envolve toda a cadeia de produção

Instalação tem que seguir normas da Celesc

O produtor rural que tenha instalado biodigestor em sua propriedade pode ligar à rede da Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina) desde que cumpra a instrução de serviço e atenda os critérios exigidos pela empresa. A informação é do engenheiro sanitário da empresa, Orlando Fois Neto que explica a decisão como resultado de experiência feita em dois municípios onde fora implantado o sistema de biogás.

Neto informa que a empresa participou do Fórum Ambiental que tratou da questão dos dejetos de suínos, oportunidade em que a Celesc foi cobrada dos agricultores em apresentar alternativas. "Depois dessas duas experiências, o relatório técnico apresentou oscilação na tensão e comprometimento da qualidade do sistema e da energia dos vizinhos além de correr risco de provocar curto circuito. Isso comprometeria a Celesc. Para tanto foram elaborados critérios e procedimentos que devem ser obedecidos rigorosamente", ressaltou.

Fórum vai estudar soluções para a Casan

Para buscar um caminho que permita a manutenção da Casan, passando pela discussão do projeto de lei (confira ao lado) encaminhado pelo governo do Estado e que tramita na Casa em regime de urgência, foi instalado na tarde de quarta-feira (16) o Fórum Parlamentar da Casan. O deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT) foi escolhido para a presidência, enquanto o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB) ficou com a vice-presidência e o deputado Lício Mauro da Silveira (PP) com a relatoria. Representantes da Fatma, CUT e Ministério Público Estadual também integram o Fórum.

Durante a sessão de instalação o deputado Afrânio Boppé (P-SOL) afirmou estar preocupado com o desmonte da Casan. “Municípios diversos, aqui e acolá estão se desligando da estatal e esta chamada municipalização, que é um passo para a privatização, é estimulada, planejada, consentida”, disse o parlamentar, que sugeriu a participação dos vereadores nas discussões do Fórum e



Representantes dos empregados (ao microfone, Jucélio Paladini) integram o Fórum

uma discussão em sintonia com o governo. O pefelista José Carlos Vieira endossou a sugestão de Boppé. “É preciso chamar os representantes municipais”, disse, e completou: “Há vários enganos e ilusões acerca desse assunto que podem se tornar obstáculos nas discussões sobre a Casan”.

Uma das reivindicações dos empregados da empresa, representados pelos integrantes do Sintae (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Água e Saneamento) e dos parlamentares presentes, foi a retirada do regime de urgência em que tramita a proposta governamental. “É pos-

sível retirar o regime de urgência desde que seja estipulado um cronograma e um prazo final para a discussão. Temos que começar a trabalhar sem que a pressa atrapalhe o objetivo final”, ponderou Blasi. O peemedebista afirmou ainda, que o projeto deve ser considerado como uma hipótese de solução para a estatal. “É preciso chegar a um consenso em relação a um modelo interessante para todos”, concluiu.

O próximo encontro do Fórum acontece no dia 23, após a sessão ordinária, onde serão discutidos e definidos o roteiro e o calendário de discussão. (GMP)

Projeto permite parcerias com setor privado e municípios

O Projeto de Lei nº 442/05, propondo um novo modelo para a Casan, chegou à Casa no último dia 27 de outubro, com pedido de regime de urgência. A proposta foi avaliada pela primeira vez pelos deputados no dia 25 de outubro, durante reunião no Centro Administrativo com o governador Luiz Henrique, o presidente da estatal, Walmor de Lucca, o presidente da SC Parcerias, Vinícius Lumertz da Silva, e lideranças ligadas aos principais sindicatos dos funcionários. Estavam presentes o líder do governo João Henrique Blasi (PMDB) e os deputados Onofre Agostini (PFL) e Wilson Vieira – Dentinho (PT). Em síntese, a proposta estabelece uma transição do atual modelo de gestão do saneamento abrindo caminho para o estabelecimento de parcerias entre o Estado e o setor privado – as PPPs (Parcerias Público-privadas).

Originalmente elaborado pela SC Parcerias, foi discutido com a Fecam (Federação Catarinense dos Municípios) e com os empregados da empresa, através dos sindicatos, além da direção da Casan. O texto prevê a

criação de sistemas de macrodistribuição, em consórcios de municípios, com abrangência regional. Na prática, a Casan seria transformada numa *holding* que administraria empresas regionais de distribuição de água e captação de esgoto, respeitando a autonomia dos municípios. “A idéia é preservar a empresa e os empregos dos funcionários da Casan”, resume Blasi, que está com a relatoria do projeto na Comissão de Constituição e Justiça.

A Casan está com sua viabilidade ameaçada porque não foram renovados os contratos de prestação de serviços com vários municípios, que preferem explorar sistemas autônomos. A independência beneficia especialmente os que têm maior facilidade de captação da água, onerando a operacionalidade da empresa. “O projeto é moderno e a negociação está sendo encaminhada de forma transparente, em todas as frentes”, observa o líder do governo. (EPS/MMV)

Governo garante contratação de profissionais para Hemosc

O governo do Estado garantiu a contratação de profissionais e o encaminhamento das 4 mil amostras de sangue de doadores recrutados nos últimos dois anos para um laboratório de Curitiba que fará a análise de compatibilidade para o transplante de medula óssea, denominada HLA. A garantia das contratações foi dada pela secretária adjunta da Saúde, Carmen Zanoto, no dia 11, em audiência pública realizada pela Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), atendendo solicitação da deputada Ana Paula Lima (PT).

O problema foi constatado a partir de denúncia recebida pela deputada petista. Magali Deschamps, mãe de Gabriel, de 6 anos, do município de Gaspar, tentava viabilizar a coleta de sangue de 800 doadores na esperança de encontrar um compatível para o transplante de seu filho, sem sucesso. A partir da denúncia de Magali, a parlamentar compareceu a vá-

rias reuniões com o secretário de Saúde, Dado Cherem, e com o diretor-geral do Hemosc (Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina), Guilherme Genovez. Foi constatada a existência do estoque de 4 mil amostras de sangue de doadores recrutados nos últimos dois anos.

Genovez esclareceu que o problema do represamento é a carência de pessoal, já que o laboratório de imunogenética, responsável pelos exames de HLA, tem quatro farmacêuticos-bioquímicos. Um profissional se desligou, outro está doente e uma está prestes a entrar em licença maternidade, um anúncio de que a situação pode ficar ainda mais complicada. De acordo com Genovez, apesar da instituição ter adquirido um



Deputada Ana Paula (ao centro) recebeu a denúncia e interveio junto ao governo

equipamento denominado Luminex, no valor de R\$ 260 mil, em fevereiro deste ano, para agilizar os trabalhos, as amostras estocadas não tinham condições de serem analisadas no Hemosc. “Nos falta pessoal. Mas essa questão acho que conseguiremos resolver com o envio das amostras para laboratórios de Curitiba, que possu-

em muito mais condições e são referência no país. Mas nos avisaram para não enviar muito, pois poderemos estimular o represamento naquele Estado”, informou.

O presidente da Associação dos Doadores de Sangue de Canoinhas, Silmar Golanovski, assinalou que disse que “os dois lados” estão buscando a

mesma coisa que é a melhoria da estrutura do Estado, deficitária neste setor. “Em muitos outros casos, pessoas sucumbem a uma desculpa e vão viver o seu drama particular. Não queremos saber quem é o culpado, mas sim daqueles que não têm culpa e estão esperando uma resposta”.

Solidária - Magali Deschamps esclareceu que a campanha que está realizando em busca de doadores de medula óssea para o seu filho não está apenas direcionada ao menino. “Essa campanha que deflagramos no Alto Vale para conseguirmos 2 mil doações não é só para meu filho. Existem muitas mães que lutam para conseguir a cura”, destacou.

Também participaram da audiência pública o diretor do Cepon, Marcos Rotolo, o representante do Conselho Estadual de Saúde, Pedro Almeida, mães, pacientes que necessitam de transplantes, doadores e voluntários, vereadores e representantes da comunidade de Gaspar. (CA)

Secretária presta esclarecimentos sobre o Orçamento 2006

Scheila Dziedzic

A secretária adjunta de Planejamento, Orçamento e Gestão, Anita Pires, e o diretor de Orçamento da Secretaria, Romualdo Gularte, compareceram à audiência da Comissão de Finanças e Tributação na quarta-feira (16), quando foram questionados pelos parlamentares sobre vários pontos do projeto orçamentário estadual para 2006. Os questionamentos foram suscitados no relatório preliminar apresentado pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), no último dia 9.

Entre as principais dúvidas do relator – que permanecem, segundo ele –, estão a forma de compensação da renúncia de receita feita pelo governo com

os benefícios concedidos àqueles que contribuíram com o Fundo Social, a falta de previsão de valores para suplementação de responsabilidade do Ipesc junto ao servidor inativo e a alteração da modalidade de aplicação de determinados recursos sem necessidade de autorização legislativa.

Além disso, o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) questionou o valor da receita do primeiro semestre de 2005, utilizada como base de cálculo para a estimativa orçamentária de 2006. E, ainda, quais “outras fontes de recursos” tem o Tribunal de Contas do Estado, com receita de R\$ 14 milhões, que não são oriundas do repasse constitucional em valor de R\$ 72,5 milhões. Confira os principais pontos da audiência ao lado:

Jonas Lemos Campos

Compensação da renúncia fiscal em favor do Fundo Social

Segundo a secretária, a compensação ocorre pelo “incremento das atividades de cobrança dos contribuintes inadimplentes”. Porém, o deputado Dionei insiste que as isenções, dadas pelo Fundo Social àqueles que aderirem como forma de regularizar débitos fiscais, são renúncias. Para tal, o Executivo deve apresentar fonte de compensação. “A Lei de Responsabilidade Fiscal é imperativa quanto a este assunto e considero que a pergunta não foi respondida”, disse o parlamentar.

Alteração orçamentária sem autorização

A proposta orçamentária para 2006 prevê, em seu Artigo 8º, que o órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento poderá, sem necessidade de ato de alteração orçamentária, alterar através do sistema informatizado de execução orçamentária a modalidade de aplicação da natureza da despesa e o identificador de uso. O argumento do governo é de haveria agilização do sistema e redução de custos.

Para Dionei, o expediente significa uma nova tentativa do Executivo em adquirir “um cheque em branco” do Legislativo. “Eles pretendem fazer mudanças sem qualquer informação prévia”, comentou.

O deputado Vieirão se declarou preocupado com a possibilidade de que, em nome de uma possível agilização e diminuição de custos, o Executivo esqueça o princípio constitucional da transparência. Para ele, existem quatro leis burocráticas – Lei das Licitações, Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias – para as quais não se pode criar artifícios, a bem da transparência.

A secretária Anita Pires argumentou que flexibilização não é sinônimo de falta de transparência. “A própria sociedade não sabe fazer a leitura do orçamento, cabendo à Assembléia aperfeiçoar e aprovar este mecanismo”, comentou.

Redução de receita

O relator detectou um redução da receita estadual projetada para 2006 de 5,57%. De acordo com documento entregue aos parlamentares pelos representantes do governo, isso resulta da adoção de nova metodologia prevista no Manual de Procedimentos da Secretaria do Tesouro Nacional, aprovada pela Portaria STN 219/04.

Os recursos que constituem receitas para outros entes, restituições, devoluções, descontos, abatimentos, não devem ser tratados como despesas, mas como dedução de receita. São recursos que não pertencem ao arrecadador e, portanto, não são aplicáveis em programas e ações governamentais. Por isso, na proposta orçamentária de 2006, não foram computadas como receita pública parcelas correspondentes às transferências constitucionais aos municípios, somando R\$ 1,9 bilhão.

Os maiores valores que compõem essa parcela são correspondentes ao ICMS municipal (R\$ 1,5 bilhão), ao IPVA municipal (R\$ 208,2 milhões), ao Fundo Social – cota município (R\$ 60 milhões) e cota-parte do imposto sobre produtos industrializados – município (R\$ 52,9 milhões).

Redução de despesa pessoal

Neste item, o questionamento era o motivo de redução em 17,15% das despesas com pessoal e encargos sociais previstos para 2006, em relação a 2005. Segundo as explicações, o valor desta despesa totaliza R\$ 3,6 bilhões, correspondendo a 46,61% da estimativa de receita corrente líquida. Já no demonstrativo das despesas por categoria econômica e grupo de despesas, o valor fixado é de R\$ 2,7 bilhões.

A diferença de R\$ 974 mil se refere a despesas com o pagamento de pessoal inativo, que passou a ser feito pelo Ipesc e classificado como “outras despesas correntes”. Para o deputado Vieirão, é necessário esclarecer de onde sairá o valor da diferença que, mensalmente, corresponde a R\$ 80 milhões. “O Ipesc não tem caixa e hoje se paga da fonte 00. De onde vai sair este valor? Este valor não está previsto no Orçamento. Na fonte 00 constam apenas R\$ 450 milhões”, questiona Vieirão.

Diferenças de valores para aplicação em saúde e educação

De acordo com as explicações da secretária Anita Pires, as diferenças de valores entre os números levantados pelo deputado Dionei, para atingir os percentuais constitucionais de 25% e 12%, que respectivamente devem ser aplicados em educação e saúde, resultaram da inclusão na cesta de receitas de impostos que servem de base para o cálculo destas transferências, de R\$ 55,3 milhões, correspondentes à compensação da União pela exportação de produtos industrializados. Porém, este valor não integra a receita de impostos para os repasses destinados à educação e à saúde.



Anita Pires e Gularte responderam às perguntas dos deputados por mais de duas horas

Emenda destina recursos orçamentários ao Aquífero Guarani

O deputado Sérgio Godinho (PSB) anunciou em Plenário, na manhã do dia 17, que apresentou emenda ao projeto da Lei Orçamentária Anual para o próximo ano, destinando R\$ 500 mil para o Aquífero. “Precisamos recriar o Fórum Permanente em defesa do Aquífero Guarani e à bacia do Rio Uruguai. Muitos catarinenses não sabem da importância dessas águas. São 1,2 milhão de metros cúbicos de água, em áreas ligadas por rios contaminados”, argumentou.

Godinho, que por oito meses esteve à frente da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, frisou que não existem recursos específicos na pasta para ações e programas voltadas à preservação do Aquífero Guarani. Por isso, sua emenda aloca verba específica no Programa para Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruguai e do Aquífero Guarani. “Minha proposta é de que este aporte de recursos seja implementado através das universidades

do Planalto Serrano e da região Oeste, no zoneamento e mapeamento do Aquífero, em ações de educação, desenvolvimento de recursos naturais e na recuperação de áreas urbanas e rurais para fortalecer a agricultura e a pecuária”, explicou.

Parceria - Sérgio Godinho defende um tratamento diferenciado para o Aquífero, cujo Fórum foi criado em 18 de novembro de 2003, lembrando ainda que seis reuniões foram realizadas em Porto Alegre para debater a preservação do rio Uruguai. “Em reunião ocorrida na semana passada, aqui nesta Casa e na Epagri, foi assinado um marco lógico em favor do Aquífero Guarani, numa doação de um banco japonês por intermediação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)”, no valor de 1,2 milhão de dólares, divididos entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Precisamos nos unir a este e a outros seis estados brasileiros atingidos pelo Aquífero para troca de conhecimentos, ação conjunta e busca de recursos”, informou Godinho. (RV)

Nova lei ajudará no combate à prostituição infanto-juvenil

O Projeto de Lei nº 383/05, apresentado pelo deputado Manoel Mota (PMDB) como forma de auxiliar no combate à prostituição infanto-juvenil, foi aprovado no dia 16. Se sancionado pelo governador, hotéis, pensões e albergues do Estado estarão obrigados a manter ficha de identificação de crianças, até 12 anos incompletos, e adolescentes, entre 12 e 18 anos, acompanhados ou não dos pais, que se hospedarem no estabelecimento. A ficha deve conter nome completo do hóspede, dos pais, do representante legal ou do acompanhante, a naturalidade e a data de nascimento.

A proposição determina ainda que, se a criança ou adolescente possuir documento de identidade, deverá ser anexada uma fotocópia à ficha de identificação, caso contrário o fato deverá ser anotado na ficha, ficando obrigatória a apresentação do documento dos pais ou dos acompanhantes.

Rede – De acordo com Mota, aproximadamente 10 mil ocorrências de desaparecimento de crianças e adolescentes são registradas anualmente nas delegacias de polícia do Brasil, o que fez a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República implantar a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

Quanto à prostituição infantil, Santa Catarina destaca-se como um dos estados com maior índice de ocorrências às margens das rodovias federais. “Em recente reportagem num programa de televisão, foi constatado que dos 533 pontos de prostituição localizados pela Polícia Rodoviária Federal no país, uma parcela significativa está em nosso Estado”, informou o deputado. (RV)



Proposta de Mota (ao microfone) recebeu votos de todos os parlamentares

Plano de carreira dos servidores do Judiciário recebe aval dos deputados

A presença maciça dos servidores do Poder Judiciário na Assembléia Legislativa na tarde de quarta-feira (16) trouxe bons resultados para a categoria. Assim como os projetos relativo aos subsídios do TJ, TCE e MPE (Ministério Público Estadual), o Projeto de Lei Complementar nº 41/05, que trata do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Judiciário entrou na pauta de votação por acordo de líderes partidários e foi aprovado com uma emenda do deputado Onofre Agostini (PFL).

A alteração proposta pelo parlamentar garante que o plano será implementado, gradativamente, no prazo máximo de dois anos por ato do presidente do Tribunal de Justiça, respeitada a disponibilidade financeira e orçamentária do órgão.

Subsídios – Já os Projetos de Lei nº 408, 409 e 419/05 ajustam os subsídios mensais dos desembargadores do Tribunal de Justiça, dos membros do Ministério Público Estadual e dos membros e auditores do Tribunal de Contas do Estado, respectivamente, ao que determina a Constituição Federal.

Nas três proposições foram aprovadas emendas de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), que determinam que a medida é retroativa a 1º de novembro de 2005. A proposta original estabelecia que valeria a partir de 1º de janeiro de 2006, como constava nos projetos enviados à Assembléia Legislativa.

Com a aprovação da matéria, os subsídios para todas essas categorias serão fixados em 90,25% do vencimento de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). (TK/RV)

Esportes de aventura terão regras de segurança

Foi aprovado na sessão plenária do dia 16 o Projeto de Lei nº 326/05, que estabelece regras de segurança para a prática de esportes de aventura – como por exemplo canoagem, rafting, rapelle e escalada – em Santa Catarina. De acordo com o deputado João Henrique Blasi (PMDB), autor do projeto, a proposta decorre da disseminação da prática dessas modalidades desportivas em diversas regiões do Estado, exigindo do poder público ações que garantam sua segurança e saúde e que fomentem as práticas desportivas.

O projeto prevê que, por ocasião da contratação dos serviços e antes da prática desportiva de aventura, as operadoras transmitirão aos consumidores todas as informações indispensáveis ao seguro desenvolvimento de suas atividades, além de outras que se façam necessárias. A operadora também disporá de seguro individual contra acidentes que cubra assistência médico-hospitalar, invalidez e morte, devendo franquear cópia da apólice ao segurado. Também deverá ter um profissional com formação compatível para a condução das atividades referidas na lei aprovada como responsável técnico.

A infração ao disposto na nova lei será punida com multa, suspensão temporária da atividade, cassação de licença do estabelecimento ou da atividade e interdição, total ou parcial, do estabelecimento ou da atividade. As penas de suspensão temporária, cassação de licença do estabelecimento ou da atividade, interdição, total ou parcial, do estabelecimento ou da atividade, serão aplicadas quando a operadora reincidir na infração. (MAP)

Veto

O Plenário manteve o veto parcial ao Projeto de Lei nº 247/05, de origem governamental, que dispõe sobre a organização, estruturação e funcionamento da Agesc (Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina), por considerar inconstitucionais algumas mudanças feitas pelos parlamentares em decorrência da aprovação da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005. (RV)

Caramori diz que procurador do Estado está equivocado

O presidente do Fórum Catarinense que acompanha os efeitos das portarias do Ministério do Meio Ambiente nº 508/02 e 178/03, e do Fórum Permanente da Silvicultura, deputado Reno Caramori, em discurso na tribuna se disse surpreso com a falta de informação demonstrada pelo procurador geral do Estado, Imar Rocha, com relação à criação da Estação Ecológica da Mata Preta, em Abelardo Luz, e do Parque Nacional das Araucárias, em Ponte Serrada e Passos Maia. As portarias priorizam áreas para a criação de unidades de conservação.

De acordo com o procurador geral, em declaração publicada no jornal *A Notícia* em 10 de novembro, na coluna do jornalista Moacir Pereira, a área de entorno das áreas preservadas, onde serão vetadas certas atividades, seria de

20 quilômetros. Caramori contesta a informação e esclarece que, na verdade, esta área é de 500 metros.

Conforme com o progressista, as duas áreas foram priorizadas para reserva através da Portaria nº 178, de 17 de abril de 2003, com área de entorno de 10 quilômetros. “Entretanto, conseguimos sensibilizar o Ministério para a redução dessa área, que caso fosse mantida nestas dimensões traria sérios prejuízos à agricultura, pecuária, fruticultura e reflorestamentos do Estado”, lembra.

O primeiro decreto, de 19 de outubro



Caramori explicou o teor das portarias

de 2005, criando as unidades de conservação, não esclarecia qual seria a área de entorno. Somente com a sua republicação ficou estabelecido o limite da zona de amortecimento (entorno) em 500 metros. Já a correção na área de entorno da Estação Ecológica da Mata Preta foi feita através da portaria do Ibama, nº 75/2005.

Com sugestões tiradas de audiência públicas e de partes interessadas nas áreas em ques-

ção, Caramori tem contestado a maneira como está sendo tratado o assunto. “Havíamos sugerido ao MMA, a criação de RPPNs (Reservas Particulares de Preservação Na-

tural), de forma que o proprietário da área ficaria responsável pela manutenção e regeneração da floresta”, afirma. De acordo com ele, o governo não cumpriu com os trâmites legais para a implantação das unidades de conservação, ficando desta forma passível de responder ação civil pública.

Outro ponto que Caramori acha passível de análise e estudo é o estabelecido no Artigo 2º, parágrafo 3º do decreto, que determina que “as culturas das espécies florestais exóticas existentes no interior do Parque Nacional das Araucárias poderão ser exploradas no prazo máximo de dois anos a partir da data da publicação do decreto”. “Há que se reavaliar esta situação para que a colheita antecipada não cause prejuízos aos agricultores e proprietários de reflorestamento”, pondera. (CA)

Deputados manifestam-se sobre assassinato de delegado

O assassinato do delegado Luciano Bottini, morto pelas costas por um adolescente, por volta da meia-noite do último dia 11, na capital, foi um dos principais assuntos comentados pelos parlamentares na sessão plenária do dia 16.

O deputado Afrânio Boppré (P-SOL) cobrou do governo do Estado ações sobre o aumento da criminalidade. Para o deputado Francisco Küster (PSDB), a violência registrada atualmente nada mais é do que o reflexo da falta de educação, perda do poder aquisitivo e falta de trabalho para os jovens. "A falta de recursos atrapalha o governo na repressão de toda esta violência", resumiu e citou o modelo de segurança adotado em Nova York, cidade que há 15 anos figurava entre as cidades mais perigosas do mundo. "Adotou-se o

chamado *Tolerância Zero*, mas para isso foi preciso investir em viaturas, armamentos, aumento do número de policiais. Deu certo, mas para fazer isso é necessário dinheiro", concluiu.

Redução - O deputado Onofre Agostini (PFL) defendeu a redução da idade de criminalização para 16 anos. Como exemplo, contou um outro caso de violência, ocorrido no bairro da Carvoeira, também na capital catarinense. Segundo ele, um menor de idade assaltou um pequeno mercado. Sem saber, estava sendo assistido por um dentista, vizinho de frente do estabelecimento, que foi à polícia reconhecer o assaltante. "O menor foi solto pouco tempo depois, foi até a casa do dentista e disparou cinco tiros em um pai de família que agora está tetraplégico. O mal ganhando do

bem", lamentou. Para o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) todos que cometem crimes precisam ser presos, independente da idade.

O líder do governo e ex-secretário da Segurança Pública, deputado João Henrique Blasi (PMDB), afirmou que conhece a dificuldade que a pasta tem. "Sei que não é fácil, mas sei também que a polícia catarinense trabalha muito para garantir a segurança de todos nós", comentou.

O deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (PDT) pediu maior atenção aos responsáveis pela Segurança Pública em Santa Catarina. Na sua manifestação, o parlamentar disse que os últimos registros de ocorrências desse gênero têm provocado indignação e temor, não só pelas autoridades, mas por toda a população de Florianópolis. (CA/GMP/MAP/TK)

Ponticelli pede afastamento do secretário da Fazenda

A decisão da desembargadora Marli Mosimann Vargas, que negou, na segunda-feira (14), na Câmara Cível Especial, liminar ao secretário da Fazenda Max Bornholdt e manteve a decisão judicial que tornou indisponíveis os bens do secretário, foi comemorada pelo deputado Joares Ponticelli (PP) na quarta-feira (16), em Plenário. "Foi a confirmação da sentença de uma ação proposta pela nossa bancada", observou o parlamentar. "E o Judiciário disse que tínhamos razão", concluiu.

O progressista pediu o afastamento do secretário. "Se o governador for sério, precisa afastá-lo imediatamente do cargo". Em aparte, o deputado Afrânio Boppré (P-SOL) disse



Ponticelli: "Tínhamos razão"

que aguarda uma satisfação pública do governo.

O caso - Em setembro de 2003, a SC Genéricos (Indús-

tria de Genéricos do Estado) aumentou em R\$ 1,8 milhão o capital social do Elofar (laboratório farmacêutico que pertence à SC Genéricos) com dinheiro do Badesc (Agência de Fomento). Dois dias depois, a SC Genéricos, com consentimento dos representantes do Badesc no conselho de administração da indústria de genéricos, vendeu o laboratório para a empresa paulista Multitrade Comércio e Representações sem concorrência pública. Em dezembro de 2004, a bancada do PP entrou com ação popular contra o Badesc e a SC Genéricos, e por extensão contra o secretário da Fazenda, Max Bornholdt. (MAP)

Ana Paula acusa governo de usar a máquina pública

A deputada Ana Paula Lima (PT) denunciou, na sessão de quinta-feira (17), a distribuição de um questionário sobre a descentralização do governo estadual pela Secretaria Regional de Ibirama às crianças das escolas da região.

O questionário foi dirigido aos pais dos estudantes, com o apelo de um sorteio de um televisor 20 polegadas entre aqueles que devolvessem o formulário respondido. Na opinião da parlamentar, o objetivo claro do questionário é formar

uma mala direta com as perspectivas eleitorais da região e, ao mesmo tempo, divulgar ações do Executivo. "O governo do Estado está ferindo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso é um crime e só tem uma finalidade: política. Agora ninguém fala quem vai pagar o televisor. Será que isso está acontecendo só naquela região, ou cada regional fará esse tipo de questionamento?", argumentou Ana Paula.

O deputado Francisco de Assis (PT) considera que "Santa Catarina deve ficar sabendo o que

o seu governo está fazendo". Ele considerou "lamentável" que o governador Luiz Henrique "se preste a esse papel" e pediu providências.

O presidente estadual do PP, deputado Joares Ponticelli, informou que há duas semanas apresentou ao Ministério Público uma representação contra o governo do Estado, solicitando medidas sobre o assunto. "Usar crianças é criminoso. Estamos esperando providências contra esse tipo de atitude", afirmou. (GMP)

DOS GABINETES

Celesc

"A Assembléia Legislativa usou o poderio militar para garantir a votação do projeto de privatização da Celesc." O comentário é do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), referindo-se à sessão plenária do dia 9. Conforme o parlamentar, para votar o projeto a presidência da Casa convocou dezenas de policiais para impedir a manifestação de sindicalistas e trabalhadores da Celesc durante a sessão. A situação foi motivada pela ocupação do Plenário, um dia antes, por quatro sindicalistas.

Os deputados governistas foram bastante vaiados quando usavam o microfone para manifestar o voto favorável à privatização. O protesto partiu dos poucos manifestantes que

conseguiram autorização para acompanhar a sessão, antes da votação, 35 deputados estavam em Plenário. Por 23 votos favoráveis e 12 contrários, o projeto foi aprovado em primeiro turno. O deputado Dentinho votou contra o projeto e disse que a proposta do governo não está escrita no Plano 15 - diretrizes da campanha do PMDB nas últimas eleições.

Um sindicalista que havia ocupado o Plenário na sessão do dia 8 foi preso por policiais militares, do lado de fora da Assembléia, quando tentava entrar no Legislativo para assistir à sessão. Outros dirigentes sindicais que haviam se manifestado na sessão daquele dia também foram barrados. (RA)

Udesc

A cobrança de mensalidades dos 15 mil alunos do curso de Pedagogia a Distância, da Udesc, continua causando polêmica. A universidade firmou convênios com prefeituras, colégios particulares e outras instituições, que por sua vez cobram dos alunos, de forma ilegal e inconstitucional.

A universidade alega que consultou o TCE (Tribunal de Contas do Estado) sobre a proposta e que a resposta do órgão foi positiva. Em razão disso, segue pres-

tionando os convênios para que paguem os valores devidos. O impasse levou o presidente da CPI da Udesc, deputado Paulo Eccel (PT), a visitar o Tribunal no dia 10.

Eccel se reuniu com o presidente do órgão, conselheiro Otávio Gilson dos Santos, que garantiu empenho para solucionar a questão. "Já afirmamos e reiteramos que a Udesc é uma instituição pública e não pode cobrar dos convênios, muito menos dos alunos", afirmou o parlamentar. (CT)

Fórum debaterá estatuto do magistério

A líder do PL, deputada Odete de Jesus, agradeceu na tarde de quarta-feira (16), a seus colegas parlamentares, pelo apoio à criação do Fórum Parlamentar Permanente para debater o novo estatuto do magistério. Segundo a deputada,

escolhida para a presidência, debater o novo estatuto da categoria é o principal objetivo do Fórum.

"Há um novo projeto de lei para o estatuto do magistério, ainda em estudo, no governo estadu-



Líder do PL vai presidir o Fórum

al, porém as informações preliminares que recebi apontam que o documento não atenderá os principais interesses da categoria e, em alguns casos, colide com a postura do sindicato dos professores, o Sinte", afirmou.

A parlamentar informou que o Fórum - para o qual foi escolhida como presidente -, irá convocar autoridades e professores para uma ampla discussão durante a tramitação da matéria na Casa. (TK)

Deputados discutem demarcação de terras indígenas do Morro dos Cavalos

Magda Audrey Pamplona
Tatiana Kinoshita

Índios guarani da aldeia Massiambu compareceram, na tarde do último dia 10, à audiência pública promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT). O deputado Afrânio Boppré (PSOL), que solicitou o debate, enfatizou que a idéia é tirar do papel a demarcação das terras indígenas no Morro dos Cavalos, em Palhoça, às margens da BR-101 (sentido Sul). A Funai enviou toda a documentação necessária ao Ministério da Justiça em outubro de 2003, mas até agora nada foi feito.

O encontro contou com a participação da deputada federal Luci Choinacki (PT), do administrador regional da Funai em Curitiba, Glênio Alvarez, representando o presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, do vice-presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, José Benites, do representante do Conselho Indigenista Missionário, Clóvis Antônio Briguentti, do cacique da aldeia Massiambu, Artur Benites, do cacique da



Índígenas fizeram apresentações durante a audiência realizada no Plenário

Fotos Eduardo Guedes de Oliveira



Cacique Artur Benites

aldeia de Biguaçu, Iraú Moreira, do promotor de Justiça da Promotoria Temática da Serra do Tabuleiro, José Eduardo Cardoso, e da presidente da CAPI/SC (Comissão de Apoio aos Povos Indígenas), Sílvia de Oliveira.

Em tupi-guarani, o cacique Artur Benites relatou os anseios de sua comunidade. "Esperamos muito tempo e estamos preocupados com a demo-

ra na demarcação das nossas terras, pois precisamos delas para tirar nosso alimento e criar as nossas crianças", disse, sendo traduzido por outro representante de sua tribo.

Luci enfatizou a importância da continuidade dos debates e do encaminhamento das ações a Brasília. "Não podemos simplesmente passar por cima de tudo em nome do progresso, da produção a qualquer preço. Essas terras já pertenciam aos índios antes dos colonizadores chegarem e agora, para devolver um pedaço irrisório do que já lhes pertencia, ocorre este descaso", avaliou.

Ministério Público pede definição imediata

O promotor José Eduardo Cardoso considera urgente que o Ministério da Justiça aja. "É necessário que se tome uma atitude, seja para o sim ou para o não. Se for não, se as terras não forem consideradas indígenas pelo Ministério, procuramos outras terras para assentar esta família e, se a resposta for sim, que as terras sejam passadas para eles de uma vez", argumentou.

O deputado Afrânio Boppré lembrou que não se pode obrigar os índios a seguirem uma cultura imposta pela atual sociedade. "Ouvimos dizer para não dar terras aos índios porque eles são malandros, não gostam de trabalhar. Há uma diferença cultural que eles respeitam, mas nossa sociedade não", afirmou o deputado.

O cacique Iraú salientou que a cultura de seu povo está, aos poucos, se perdendo, e que a demarcação das terras é essencial para manter o que resta. "Assim podemos manter nossas tradições. Não adianta apenas nos encurralar em parques e reservas florestais, pois queremos terra boa que nos dê o nosso sustento", comentou.

Interesse - Segundo Clóvis Briguentti, a demora na demarcação, em todo o país, reflete a falta de interesse público pelas nações indígenas. "Estamos vivendo uma época de violência quase tão forte quanto a da época dos colonizadores, com a diferença de que agora seremos altamente responsáveis pelo extermínio de povos, caso eles não tenham suas terras demarcadas", afirmou.

Atualmente os índios ocupam 0,33% do território catarinense, contou Briguentti, e se forem demarcadas todas as terras reivindicadas essa porção passará para 0,7%. Ele também informou que o Ministério da Justiça criou uma comissão especial para analisar a questão indígena em Santa Catarina e que, segundo a matéria publicada pela imprensa no Estado, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz



Boppré (em primeiro plano): "Diferença cultural"

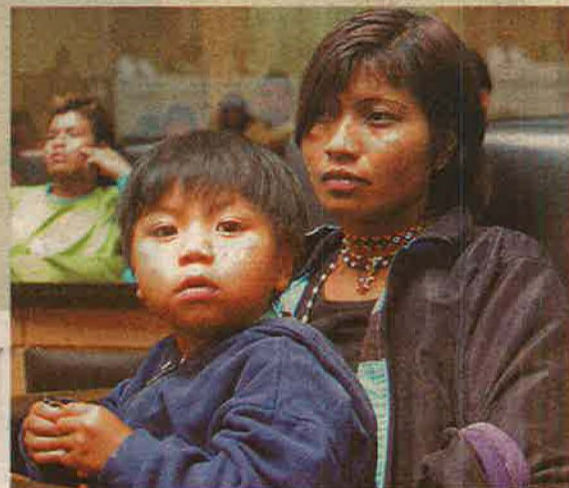
Bastos, informou ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), em setembro deste ano, que não iria demarcar terra indígena antes que a comissão concluísse os trabalhos. Briguentti classificou a criação da referida comissão de "incorreta", porque modifica o processo legal de demarcação.

A presidente da Capi/SC, Sílvia de Oliveira, disse estar constrangida com o "silêncio" do ministro. José Benites, vice-presidente do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, considera disse que "falta vontade política para fazer a demarcação."

Funai diz que há pressão contrária

Representando o presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, o administrador regional da Fundação, em Curitiba, Glênio Alvarez, disse que é raro parlamentares de Santa Catarina se manifestarem a favor da demarcação. "Eu vejo representantes catarinenses da Câmara Federal e do Senado nos corredores da Funai, pressionando para que não se demarque as terras indígenas do Estado", declarou. "A gente sabe o nome dos deputados que vão lá no Ministério pedir para não demarcar as terras", comentou a deputada federal Luci Choinacki, que preferiu não citar nomes.

Ana Cimardi, diretora da Fatma (Fundação do Meio Ambiente) lembrou que a área definida para a demarcação fica dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, do qual a Fundação é gestora. Ela reclamou que a Fatma não teve participação efetiva no processo de definição da área a ser demarcada. Ana enfatizou não ser contra a demarcação, mas disse que a instituição ainda tem dúvidas se a área escolhida, entre outras questões, é a ideal para aqueles índios.



Indefinição do governo prejudica famílias

Encaminhamentos

A deputada Luci Choinacki, integrante da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, comprometeu-se a marcar uma audiência com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, com a participação de integrantes da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais do Legislativo catarinense e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Boppré explicou que o objetivo do encontro em Brasília é acelerar o processo de demarcação e, quem sabe, "já voltar de lá com a portaria assinada". Também ficou decidido o envio de uma moção, depois de aprovada em Plenário, com o posicionamento do Parlamento de Santa Catarina a respeito do assunto.